

## O OLHAR HUMANIZADO SOBRE OS ERROS ORTOGRÁFICOS

Ana Beatriz Souza Ovídio<sup>1</sup>

Vitória Hadassa Pinheiro de C. Barbosa<sup>2</sup>

Nayara Alcantara<sup>3</sup>

### Resumo

O presente artigo propõe enfatizar a necessidade de um olhar humanizado sobre os erros de ortografia, levando em consideração a natureza de tais equívocos e diferentes pontos de vista ao abordar estes episódios. Foram adotadas, para a realização dessa discussão, fontes bibliográficas acerca do ensino de ortografia e a abordagem do erro ortográfico em sala de aula, juntamente às obras de Marcos Bagno e Mário Perini. Discute-se a motivação do indivíduo ao realizar um traço específico de reprodução gráfica da fala, as raízes do tratamento padrão de condenar certas variações da língua e um novo ponto de vista em relação a realização do erro como degrau para o aprendizado significativo. Ao fim do estudo, é considerada a instrução do professor no que se refere ao seu comportamento avaliativo em sala de aula e a sistematização do erro como forma de edificar o aprendizado.

**Palavras-chave:** Ensino de Ortografia. Marcos Bagno. Erro ortográfico. Ensino Humanizado.

## THE HUMANIZED LOOK AT ORTHOGRAPHICS ERRORS

### Abstract

This article aims to emphasize the need for a humanized look upon orthography errors, taking into account the nature of such misunderstanding and different points of view when approaching these episodes. To carry out this discussion, bibliographical sources about the teaching of orthography and the approach to orthographic errors in the classroom were adopted, along with the works of Marcos Bagno and Mário Perini. The individual's motivation to perform a specific graphic reproduction of speech, the roots of the standard treatment of condemning certain variations of the language and a new point of view regarding the realization of error as a step towards meaningful learning are discussed. At the end of the study, the teacher's instruction regarding their

---

<sup>1</sup>Graduanda em Letras pelo UGB/FERP.

<sup>2</sup>Graduanda em Letras pelo UGB/FERP.

<sup>3</sup>Mestranda em Ensino pelo Centro Universitário de Volta Redonda. Especialista em Língua Portuguesa, Gestão e Docência Escolar e Gestão e Docência em Ensino Superior pelo UGB/FERP.

evaluative behavior in the classroom and the systematization of the error as a way to build learning is considered.

**Keywords:** Orthography Teaching. Marcos Bagno. Orthographic Error. Humanized Teaching.

## **Introdução**

O presente artigo foi idealizado a partir de discussões elaboradas ao longo dos cursos que integram a grade da graduação de Letras-Inglês da Universidade Geraldo Di Biase acerca do tratamento dado ao erro ortográfico por professores e até mesmo em cenários onde o indivíduo se encontra fora de sala de aula, em situações informais.

Buscamos, durante a escrita, defender o conceito de que uma boa relação entre o aluno e o aprendizado de ortografia, assim como a elaboração intencional de uma correção sistematizada por parte do professor seja ideal, não só para avaliação do conteúdo dominado pelo aluno, mas também para estabelecer possíveis motivos para que o mesmo esteja cometendo os equívocos constatados.

A começar por uma obra indispensável quando se contempla as características e motivações para o aprendizado de ortografia, recorreremos ao livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* de Marcos Bagno (2007), que discorre sobre as origens do preconceito para com falantes da língua portuguesa, bem como o tratamento dado ao erro ortográfico, o papel do professor e o posicionamento de teóricos acerca do tema.

Fortemente atrelado ao ponto levantado anteriormente, faz-se necessária a discussão do “erro” como atributo construtivo para formação do conhecimento do falante, que, a partir de sua bagagem intelectual vinculada ao conhecimento de mundo baseado na cultura em que estava inserido durante seu desenvolvimento, carrega marcas e fatores condicionantes para a realização de divergências no que diz respeito à realização gráfica do falar.

Nessa perspectiva, pensar o saber ortográfico nos leva a um patamar de consciência linguística que possibilita a abordagem de assuntos, não somente linguísticos, mas também de teor sociocultural quando adquirimos a percepção de que os equívocos ortográficos não têm ligação somente à língua propriamente dita, mas também à realidade do falante que a manifesta.

Este artigo reúne e expõe estudos acerca da temática do ensino de ortografia e de trabalhos que se propõem a tratar deste assunto que, apesar de relevante, não permeia de forma concreta a instrução carregada pelo professor para dentro das salas de aula.

## **A Ortografia**

A ortografia estabelece uma série de regras — às vezes sistematizadas, às vezes puramente convencionais — para a realização da língua escrita. Embora uma seja a representação da outra, a língua escrita não é a correspondência fiel da língua falada — assim como uma língua não é a mesma em todos os lugares. O Brasil, país de porte continental, ilustra bem essa afirmação. A riqueza das variações linguísticas de norte a sul evidencia a diversidade de expressões da língua portuguesa brasileira.

Por isso — pela língua falada possuir diversas faces e apresentações em dialetos —, a língua escrita não pode apegar-se apenas a uma de suas expressões.

A ortografia torna a língua escrita um espaço intercambiável de informações claras e facilmente decodificáveis, independente do lugar de onde vêm.

Thavares e Nunes (2013) expressam muito bem o pensamento quando dizem que “a ortografia é uma necessidade em qualquer língua escrita, e não é uma imposição sem valor ou sem justificativa, pois sua finalidade é ajudar na comunicação escrita entre as pessoas”.

Parte da dificuldade dos alunos frente ao aprendizado de ortografia se dá pela não compreensão do conceito, da necessidade e da importância dessa padronização na escrita — deles e do professor. A noção de ortografia e de seu papel perante à

sociedade que serve precisa estar profundamente enraizada no educador e ser ensinada aos educandos — pautando sua postura diante do ensino de língua escrita e apurando sua natureza questionadora, embasando seus posicionamentos.

A categórica colocação do que é ortografia e como ela se torna facilitadora da comunicação também derruba noções enganosas e até preconceituosas ou opressivas em relação à escrita padrão.

Mesmo em ambientes fora da sala de aula de alfabetização, a discriminação contra o não domínio da norma padrão é presente e bem acentuado. Existe o pensamento equivocado de que o conhecimento de ortografia implica necessariamente em habilidade criativa e textual. Embora a ortografia tenha por fim a clara expressão na comunicação, ela por si só não garante ao sujeito a capacidade literária de criar, por exemplo, ou atesta seu nível de inteligência.

Para comprovação do fraco embasamento de convenções como essas basta observar que mesmo bons e reconhecidos escritores têm seus trabalhos revisados e corrigidos antes de serem publicados.

A censura severa aos erros ortográficos fora do ambiente escolar reflete a forma com que, muitas vezes, são encarados esses erros também dentro de sala de aula — de maneira quase, senão de fato, punitiva. Veremos mais a respeito desse pensamento ao longo das próximas páginas.

Outra concepção também presente em ambos os espaços — acadêmico e não acadêmico — é a correspondência direta entre língua escrita — e suas regras — e a língua falada. Embora relacionadas, as duas instâncias não são sequer de mesma natureza.

A língua escrita não dita — ou deve ditar — a língua falada. A língua falada é adquirida naturalmente por meio de dados caóticos — porque a fala é caótica — oferecidos à criança no momento de aquisição da linguagem. De modo geral, crianças não precisam ser ensinadas a falar — elas aprendem por si mesmas ao longo do tempo de maturação linguística quando são expostas aos falantes do meio.

Já a língua escrita — e a ortografia que a dita — é formalmente aprendida e reforçada. Uma criança não é enviada à escola, necessariamente, para aprender a

falar, mas para aprender a escrever. Adicionalmente, muitas vezes a aprendizagem de letras e sons parece distante do conhecimento já adquirido pelo aluno.

A ortografia, como posto por Saraiva e Michel (2020), é um acordo social e, portanto, “não pode ser esperado que as crianças aprendam sozinhas, de forma natural e espontânea a norma ortográfica.”

Assim, o reconhecimento da carga intelectual que os estudantes trazem de suas vivências e realidades pessoais, bem como a passagem esclarecedora do que é ortografia — e como ela se relaciona e deixa de se relacionar com a língua falada, com a capacidade criativa ou linguística — já estabelece uma ponte valiosa entre educando e o educador e o educando e o conhecimento ainda não adquirido, o que irá moldar a atitude de ambos, professores e alunos, frente à norma padrão e o desvio dela.

## **A Idealização da Língua**

Um aspecto relevante a se levar em conta durante a pontuação de questões que agravam o tratamento hostil do erro ortográfico é o *preconceito linguístico* que, de modo geral, diz respeito à forma como enxergamos e tratamos pessoas ou grupos sociais antes de conhecê-los significativamente, apenas nos baseando em primeiras impressões.

Marcos Bagno (2007) desenvolveu uma produção de suma importância acerca do tema onde nos apresenta pontos em que este fenômeno atinge e se faz indispensável para o entendimento da temática apresentada neste artigo.

Podemos tomar como ponto de partida para esta discussão a “*idealização da língua*”, que se dá a partir de uma visão padronizada do falar alicerçada à forma normativa como esta língua nos é apresentada nas gramáticas e dicionários, nos levando a rejeitar suas variações — estas que se apresentam em grande número no Brasil, por se tratar de um país que conta com uma grande população e territórios que carregam fortes traços culturais distintos.

Essa forma idealizada, que é defendida por muitos, no caso do português do Brasil, tem relação com o português europeu utilizado no século XIX — de onde advém sua derivação —, o que impossibilita a comunicação ideal entre os falantes uma vez que tais regras descrevem uma língua artificial que não manifesta o português falado pela sociedade atual em seu dia a dia.

No que diz respeito ao ensino do português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma linguística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas por lá, que servem para a língua falada lá, que retratam bem o funcionamento da língua que os portugueses falam. (BAGNO, 2007)

Mas apesar de fortemente caracterizada por esta idealização evidenciada anteriormente, a raiz deste transtorno também dispõe da comparação feita pelos indivíduos que ocupam a classe média urbana de regiões desenvolvidas entre seu modo de falar em oposição ao dialeto das demais classes presentes no país.

Dentre os estereótipos mais comuns utilizados para caracterizar a fala repudiada, podemos citar o “errado” e o “feio” evidenciando que, apesar de camuflado por trás da língua, este comportamento diz respeito à repulsa e à discriminação de classes socialmente consideradas superiores no que tange outros grupos sociais de determinadas raças, gêneros, classes sociais, renda, instrução etc.

[...] mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola. (BAGNO, 2007).

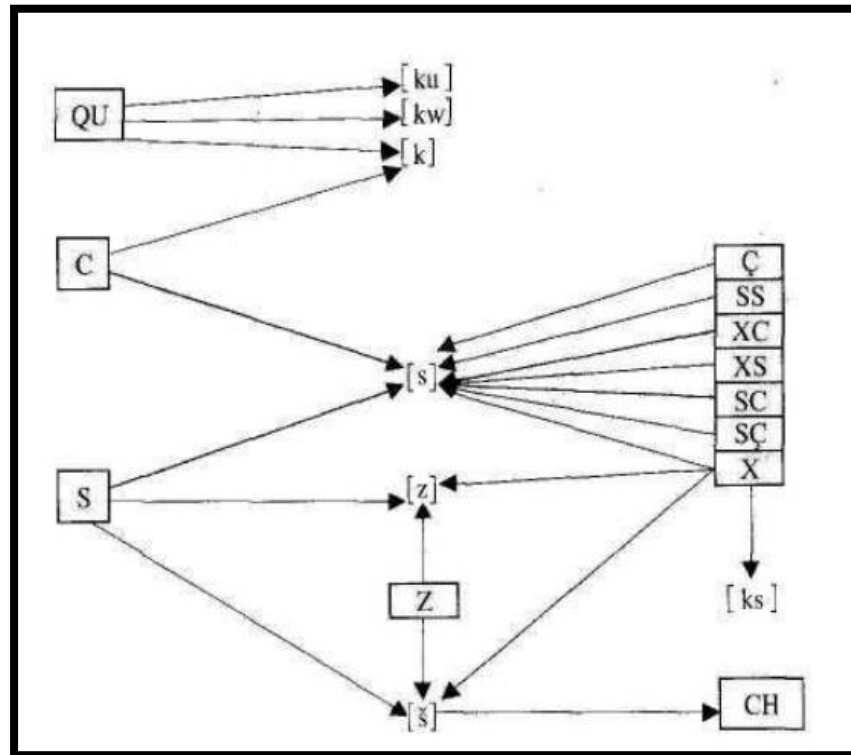
## O Erro Ortográfico

Marcos Bagno, em seu livro *Preconceito Linguístico* (2007), define o que ele chama de “*paranoia ortográfica*” como “uma obsessão neurótica para que todas as palavras tragam o acento gráfico, que todos os Ç tenham sua cedilha, que todos os J e G estejam nos lugares certos... e assim por diante”. Seu posicionamento corrobora com a dicotomia entre conhecimento de língua e conhecimento de escrita — já trabalhada anteriormente neste artigo (seção 1):

Aliás, uma porcentagem enorme do que todo mundo chama de “erro de português” diz respeito a meras incorreções ortográficas. Ora, saber ortografia não tem nada a ver com saber a língua. São dois tipos diferentes de conhecimento. A ortografia não faz parte da gramática da língua, isto é, das regras de funcionamento da língua. (BAGNO, 2007)

Bagno ainda apresenta um mapeamento de determinadas letras e os fonemas atribuídos a elas, ilustrando e sedimentando o fato de que a ortografia, embora importante e necessária no papel que cumpre, não pode nem deve ser tomada como indicador de inteligência ou competência linguística.

Figura 1. Esquema ortográfico adaptado do quadro presente em *Leitura, ortografia e fonologia* de Myrian Barbosa da Silva, p.32.



Fonte: *Preconceito Linguístico*, Marcos Bagno, p.136.

Segundo as flechas do esquema acima, pode-se chegar a vinte e uma ligações entre os fonemas e as diversas formas de grafá-los. Vale ressaltar que foram recortados apenas [k], [s], [ʃ] e [z], e que, portanto, a análise completa do alfabeto fonético e seus pares levaria a um resultado muito maior de relações entre sons e letras.

Miranda (2010) apresenta a sistematização entre fonemas e grafemas realizada por Lemle (1987), que as divide entre relações biunívocas — quando há apenas uma letra correspondente a um fonema e vice-versa — e múltiplas — quando um fonema pode ser grafado de diversas formas ou uma letra pode representar diversos fonemas. Para ilustrar ambos os tipos de relações, pode-se apontar — para



biunívocas — os pares de letra e som carregados por *f*, *v*, *p* e *b* e — para múltiplas — o *c*, que pode representar tanto o fonema [s] quanto o fonema [k], a depender de sua posição. Para a autora, “essa amostra (...) revela um pouco da complexidade da tarefa imposta à criança durante o processo de aquisição da ortografia”, visto que há regularidades e irregularidades. Afinal, como explicar a razão de “cinema” se iniciar com a letra *c* e não com *s*? Observar a procedência dos erros na escrita é um aspecto importante da correção dos mesmos.

Prosseguindo com o tema desta seção, Miranda (2010) ainda traz à discussão o próprio termo “erro ortográfico” e suas variantes, tais como “equivoco” ou “desvio”. Embora haja resistência à palavra “erro” pelos significados que carrega (segundo o dicionário, “desacerto”, “engano”, “desregramento”), a autora aponta que a escolha por “desvio”, “deslize” — ou quaisquer outras palavras do âmbito semântico — não cumpre bem a função intentada — a de anular a conotação negativa — justamente porque os novos termos ainda carregam a ideia de “afastamento da direção ou da posição normal” ou “desvio do bom caminho”.

As discussões, não só sobre a nomenclatura a ser adotada, mas também sobre o significado do erro na aprendizagem, são também bastante recorrentes nos estudos sobre a aquisição da escrita. Para alguns o erro é sinônimo de não-acerto e, portanto, de não-aprendizagem; para outros, ao contrário, é elemento revelador do processo de aprender. Nesse último sentido, a concepção de erro converge para a definição freireana segundo a qual o erro é uma forma provisória de saber e nos remete a noção de ‘erro construtivo’ que se filia às ideias de Piaget. (MIRANDA, 2010)

Ao modelo de ensino em que a postura do professor frente à correção se resume às designações certo e errado, sem reflexão ou consideração sobre as respostas dos alunos, Paulo Freire chama de *educação bancária* — o olhar do professor sobre o estudante é o de um banco de dados onde ele depositará seu conhecimento (ABRAHÃO, 2007).

Uma educação de perguntas é a única educação criativa e apta a estimular a capacidade humana de assombrar-se, de responder ao

seu assombro e resolver seus verdadeiros problemas essenciais, existenciais [...]. Julgamos importante essa pedagogia do risco, que está ligada à pedagogia do erro. (FREIRE, 1985, p. 52)

Assim, o conceito de erro construtivo compreende a noção de erro como degrau do aprendizado, e não ausência ou fracasso de aprendizagem. O “erro” é, portanto, uma tentativa de acerto — e considerá-lo como tal, com a devida importância, é essencial para educadores e educandos.

## O Olhar Humanizado

Até o momento, foram estabelecidos: (1) que conhecimento de ortografia não é o mesmo que conhecimento de língua, ou sequer de gramática; (2) que a ortografia é um acordo social e, portanto, não pode ser *adquirida* da mesma forma que a língua materna, mas *aprendida* através de ensino formal; e (3) que o chamado erro ortográfico não se trata da ausência de aprendizagem, mas constitui uma etapa da mesma.

Vale salientar a colocação de Bagno (2007), bem embasada em sua pesquisa, de que:

do ponto de vista científico, simplesmente não existe erro de português. Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua. (Bagno, 2007)

No entanto, é necessário ressaltar que o aspecto convencional da ortografia não diminui seu valor ou necessidade. Como anteriormente exposto, é essencial para o ensino da mesma que não haja subversão de sua finalidade — tanto assumindo-a como exclusiva medida de conhecimento de língua quanto relegando-a a um papel

secundário ou sem importância. Ambos os extremos são nocivos à educação de escrita. A ortografia nasceu de uma demanda real de comunicação. O que é posto em enfoque nesta seção é a resposta diante do uso não padrão da escrita — o “erro” — de forma a torná-la mais bem direcionada.

Como já dito, observar a lógica por trás do erro é essencial para tornar sua correção produtiva. Ao fazê-lo, tanto o professor quanto o aluno se atentam para os mecanismos da relação entre a ortografia e a língua falada que ela representa, compreendendo suas regularidades e memorizando as suas leis. Essa ação também remete à ideia de erro construtivo já exposto.

Assumir um olhar humanizado sobre erros ortográficos — passar a enxergá-los como construtivos — implica na consideração da individualidade do outro e da competência universal e humana de linguagem. Conforme a postura combativa de Freire frente ao *ensino bancário*, o processo de alfabetização não parte da *falta* de conhecimento do educando, mas do conhecimento linguístico que ele já possui — afinal, a ortografia dita a expressão gráfica de sua língua materna.

[...] qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E [...] esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. São como pessoas que não conhecem a anatomia e a fisiologia das pernas, mas que andam, dançam, nadam e pedalam sem problemas. (PERINI 1997:11)

A ocorrência não normativa da língua escrita não deve ser punida, mas corrigida de forma a promover o saber. O domínio do conhecimento ortográfico é um privilégio que dota seus portadores de independência na expressão individual. Cabe ao professor instruir seus estudantes na busca por essa independência, e não puni-los pelo conhecimento ainda não alcançado — ou abandoná-los a um estado não questionador, onde regularidades e irregularidades não são explicadas, mas apenas aceitas passivamente.

O posicionamento aqui defendido se alinha perfeitamente à fala de Abrahão, quando ela diz:

O que propomos é uma avaliação mediadora. Mediadora no sentido de intervir no intervalo entre uma etapa de construção do conhecimento do aluno e a etapa possível de produção, em que o saber é enriquecido, complementado. [...] Avaliação não no sentido de classificação, terminalidade, de constatação de erros/acertos, em que a avaliação ocorre em momentos estanques, sem elos de continuidade, desconectados em termos do progresso na construção. Mas pensando na avaliação do processo, na possibilidade dos avanços naturais, de considerar cada aluno parâmetro de si mesmo, na continuidade, ou seja, no desenrolar dos trabalhos. (ABRAHÃO, 2007)

### **Considerações Finais**

Em vista dos argumentos expostos durante a idealização deste artigo, fica evidente a necessidade de uma melhor instrução para professores acerca do sistema de pontuação utilizado em sala de aula, bem como a forma de natureza punitiva no que diz respeito a localização de erros ortográficos, uma vez que este fenômeno carrega as raízes da formação do indivíduo e traços de sua trajetória cultural.

Os erros ortográficos cometidos em diversos contextos cotidianos acarretam hostilidade por parte das pessoas presentes nessas interações que, independente do local em que esta se dá, gera punição e repreensão num movimento automático de reprovação convencional em uma sociedade que apresenta fortes traços de superioridade social advinda daqueles que gozam de uma posição de privilégio.

A conscientização relativa ao tema ainda peca em atingir uma parte significativa da massa popular, mas apossar-se de esperança no que diz respeito à democratização do direito de manifestar suas raízes socioculturais através da fala e da escrita nos possibilita uma caminhada em direção ao cenário ideal de tolerância desejado no processo de aprendizagem da norma padrão.

Cabe ao professor o papel de mediador e ponte de reflexão entre o aluno e o erro ortográfico partindo de anotações feitas em sala de aula e materiais que possibilitam a sistematização das manifestações ortográficas externalizadas durante a produção de atividades voltadas a esta especificidade. Pontuar um desvio gráfico não é o suficiente para que o aluno internalize a informação concedida pelo professor, mas através da repetição e da reflexão feita sobre as construções efetuadas pelo discentes, é possível sair do lugar de estagnação e alcançar o aprendizado significativo que passará a integrar o corpo de conhecimento construído pelo aluno.

Desta forma, ao conceder aos indivíduos ferramentas que os tornarão capazes de manifestar seus conhecimentos como acharem necessário, e os orientar sobre o tratamento adequado quanto às múltiplas facetas linguísticas presentes no português, torna-se possível enxergar a língua sob uma ótica mais democrática e com menores adversidades.

## Referências

ABRAHÃO, Maria Helena. **Estudos sobre o erro construtivo**: uma pesquisa dialógica. Porto Alegre: CORE, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo, Ática, 1997.

SILVA, Ana Cristina. **Consciência Fonológica e Morfológica e a Natureza dos Erros Ortográficos em Crianças do Segundo Ano de Escolaridade com e sem Dificuldades de Aprendizagem**. Portugal: Universidade do Minho, 2010.

SILVA, Ana Cristina, RIBEIRO, Véronique. **Erros ortográficos e competências metalinguísticas**. Lisboa: UIPCDE, ISPA, 2011.

THAVARES, Maria Ângela José Simão, NUNES, Gisele da Paz. **O ENSINO DA ORTOGRAFIA NA AQUISIÇÃO DA ESCRITA.** Goiás: UFG, 2010.